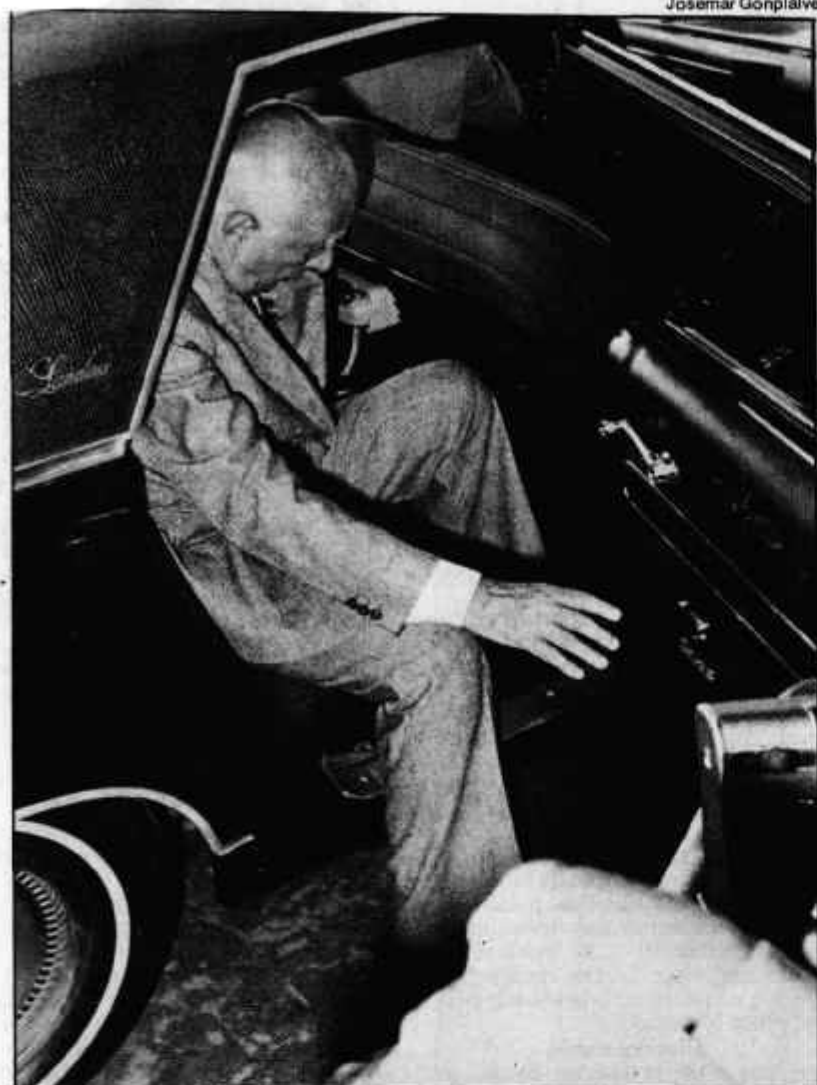


Votação em bloco será definida após parecer

19 JAN 1988

Josemar Goncalves



Deputado aguarda parecer de Cabral para discutir voto em bloco

O presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disse ontem que só poderá discutir a possibilidade de se votar em bloco a parte consensual do projeto de Constituição, quando tiver em mãos o parecer do projeto emitido pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) e os destaques referentes a ele.

Ulysses salientou que votação em bloco de emendas «faz parte da tradição parlamentar no Brasil e é comum em qualquer parte do mundo». Segundo Ulysses, dentre as 2.045 emendas apresentadas ao projeto constitucional, aquelas que tiverem parecer contrário de Cabral, serão certamente destacadas para a votação de plenário, que começará no próximo dia 27. Os constituintes terão os dias 23, 24 e 25 para apresentar os destaques.

Ulysses informou ainda que irá distribuir circular a todos os 559 constituintes, para que estejam presentes por ocasião da votação em plenário, inclusive às sessões convocadas para sábado e domingo. Com essa atitude, Ulysses quer agilizar ainda mais o trabalho de elaboração da nova Carta Magna do País, para que não se estenda por mais de dois meses.



Fogaça teme impasse no presidencialismo

O senador José Fogaça (PMDB-RS) disse ontem que, se o plenário da Constituinte aprovar a emenda que estabelece o sistema presidencialista de Governo — de autoria do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e que conseguiu 349 assinaturas — provocará um impasse entre o poder Executivo e o Legislativo assim que a nova Carta for promulgada. É que a emenda trata apenas das atribuições do Executivo, mudando o regime de Governo mas sem abordar mudanças no Legislativo e nem há outras emendas nesse sentido. Na atual versão do projeto de Constituição o Poder Legislativo está voltado para funcionar ao sistema parlamentarista.

Aprovado o sistema de Governo presidencialista com um Legislativo forte, todo voltado para o parlamentarismo, o Presidente da República ficaria imobilizado e impedido de governar, segundo o senador. Isto acontecerá, por exemplo, quando o

Congresso fosse votar o orçamento da União enviado pelo Executivo. Se o presidente eleito não tiver maioria nas duas Casas do Congresso, poderá ficar esperando até o final do seu mandato para ver o orçamento aprovado.

O senador explicou que os dispositivos que abrangem o Poder Legislativo no projeto de Constituição são claramente voltados para o parlamentarismo, onde o Congresso é preponderante e aprova o nome do primeiro-ministro de sua composição majoritária. Ali não há forma de haver esse impasse, que quando ocorre, ou cai o chefe de Governo, ou as duas Casas são dissolvidas e marcadas novas eleições. De acordo com o senador, o impasse fica evidenciado porque não foram apresentadas emendas modificando a parte legislativa do projeto. O «Centrão», por exemplo, repetiu tudo o que ficou regulamentado pela Comissão de Sistematização em sua emenda substitutiva.

Teses do Centrão complicam

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) e seus relatores auxiliares estão tendo dificuldades para analisar as emendas que tratam da questão tributária e do sistema previdenciário. Nas primeiras, o «Centrão» não só reproduziu totalmente o que já está no projeto de Constituição, mas também inseriu dispositivos ampliando o processo de descentralização tributária em que o Governo perderá ainda mais sua arrecadação.

Foi criado pelo «Centrão» um imposto sobre pedras preciosas e minerais, que será recolhido pela União e distribuído para os estados. Além disso de acordo com o se-

nado José Fogaça, (PMDB-RS) que é um dos relatores auxiliares de Bernardo Cabral, muitas emendas propõem uma vigência imediata para a reforma tributária, que aprovada traria problemas para a administração federal.

Na questão previdenciária acontece o mesmo. Várias emendas foram apresentadas, principalmente nos tópicos da aposentadoria e seguridade, que «pulverizariam o sistema da Previdência Social», segundo o senador Fogaça. A tendência está sendo por um parecer contrário, não aceitando nada que traga desequilíbrio às despesas do Governo.

Cabral analisa contradições

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), dará parecer favorável às emendas contraditórias que tenham mais de 280 assinaturas para preferência automática no plenário. E o caso de duas emendas opostas que tratam do sistema parlamentarista, com 335 assinaturas e a que trata do sistema presidencialista, com 349.

Se não fosse a alteração do regimento, o relator só seria obrigado a aceitar a emenda parlamentarista, já que o parâmetro para ele dar o seu parecer é o projeto de Constituição, onde está estabelecido que o futuro sistema

de governo no País, será o parlamentarismo. Como o regimento estabelece que as emendas com mais de 280 assinaturas serão apreciadas automaticamente pelo plenário da Constituinte, o relator é obrigado a dar o seu parecer favorável à emenda presidencialista.

Isso será feito, mas o relator dará a sua opinião no corpo do parecer, ou seja, será pela apreciação da matéria, mas dirá que ela fere o que já está no projeto de Constituição. Será uma solução salomônica, já que não é possível rejeitar a emenda presidencialista, que ela tem o maior número de assinaturas.

Câmara gasta Cz\$ 7 milhões em geladeiras

A Câmara dos Deputados adquiriu cerca de 570 frigobares, num total de Cz\$ 7 milhões, que serão distribuídos pelos 487 gabinetes dos parlamentares, lideranças partidárias e secretarias.

A diretoria-geral não quis prestar maiores informações sobre licitações, fornecedor, preços e quantidade exata. Segundo o diretor-geral substituto, Humberto Barbosa, a compra foi autorizada pela presidência da casa, através do deputado Ulysses Guimarães.

Desde o início da semana passada, todos os deputados contam, em seus gabinetes, com um frigobar da marca Consul, modelo luxo 1500, que custa Cz\$ 14 mil nas lojas de departamentos da cidade. O conforto dos deputados, segundo funcionários da Câmara, é desnecessário, pois em cada andar dos anexos existe uma cozinha-copa que serve café e água mineral, bastando para isso apenas um pedido por telefone.

A diretoria de almoxarifado e material permanente e a direção geral da casa legislativa recusaram-se a prestar esclarecimentos. Conforme o diretor substituto Humberto Barbosa, o diretor-geral está viajando e essas informações são única e exclusivamente da competência dele.

Apedrejamento é ação do PT, diz Brossard

Porto Alegre — Ao criticar a recente manifestação contra o presidente Sarney nas proximidades da igreja São Francisco de Paula, no Rio de Janeiro, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, disse que o episódio «revela, com a precisão de uma radiografia que há pessoas que não hesitam em empregar a violência como meio de ação política». Para ele, o «deplorável espetáculo», comandado por um deputado federal do PT, demonstra que «há indivíduos que enchem a boca com as palavras liberdade e democracia, mas que, em verdade, não têm o mínimo compromisso com elas».

Em artigo publicado ontem no jornal Zero Hora, de Porto Alegre, o ministro Brossard criticou os manifestantes da CUT, PT e PDT e disse que a «malta» insultou as famílias que se dirigiam à igreja e apedrejou o carro da noiva, agredindo uma das mais antigas e tradicionais cerimônias, com o pretexto de fazer uma manifestação de desaprovação ao Presidente.